

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ENAP

Escola Nacional de Administração Pública

Relatório de Gestão Exercício 2011

Brasília, 2012

Relatório de Gestão Exercício 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2546/2010).

Sumário

1. Introdução	10
1.1 Relatório de gestão individual	14
2. Planejamento e gestão orçamentária e financeira	15
2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade	15
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	16
2.3 Programa de governo sob a responsabilidade da UJ	17
2.3.1 Execução do programa de governo sob a responsabilidade da UJ	17
2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ	19
2.4 Desempenho orçamentário/financeiro	21
2.4.1 Programação orçamentária da despesa	21
2.4.2 Programação de despesas correntes	22
2.4.3 Programação de despesas de capital	22
2.4.3.1 Quadro resumo da programação de despesas	22
2.4.3.2 Movimentação orçamentária por grupo de despesa	23
2.4.4 Execução orçamentária da despesa	24
2.4.4.1 Execução orçamentária de créditos originários da UJ	24
2.4.4.2 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	26
2.4.5 Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	27
3. Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	28
3.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	28
4. Informações sobre recursos humanos da unidade	29
4.1 Composição do quadro de servidores ativos	29
4.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada	29
4.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada	29
4.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	30
4.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade	31
4.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade	31
4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	32

4.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	32
4.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada	32
4.3 Composição do quadro de estagiários	32
4.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada	33
4.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada	34
4.5.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	34
4.5.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	34
4.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	35
4.6.1 Absenteísmo	35
4.6.2 Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais	35
4.6.3 Rotatividade (<i>turnover</i>)	35
4.6.4 Educação continuada	35
4.6.5 Disciplina	36
4.6.6 Aposentadoria <i>versus</i> reposição do quadro	36
5. Informações sobre transferências	37
5.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício	37
5.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	37
5.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	37
5.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	38
5.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse	38
5.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	39
6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e SICONV	40
7. Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	41
7.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	41
8. Sistema de controle interno	42
8.1 Estrutura de controles internos da UJ	42
9. Sustentabilidade ambiental	44
9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	44

10. Gestão do patrimônio imobiliário	46
10.1 Gestão de bens imóveis de uso especial	46
11. Gestão de tecnologia da informação	47
11.1 Gestão de tecnologia da informação (TI)	47
12. Utilização de cartões de pagamento do governo federal	48
12.1 Despesas com cartão de crédito corporativo	48
12.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na Unidade e utilização no exercício	48
12.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da Unidade	48
13. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento	49
13.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício	49
14. Recomendações realizadas pela Unidade de controle interno	50
14.1 Recomendações da Unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício	50
15. Declaração do contador	56
15.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	56
16. Resultados e conclusões	57

Lista de quadros

I – Identificação da UJ	14
II – Demonstrativo da execução por programa de governo	17
III – Execução física das ações realizadas pela UJ	19
IV – Identificação das unidades orçamentárias	22
V – Programação de despesas correntes	22
VI – Programação de despesas capital	22
VII – Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência	23
VIII – Movimentação orçamentária por grupo de despesa	23
IX – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ	24
X – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ	25
XI – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ	25
XII – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	26
XIII – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	27
XIV – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	28
XV – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12/2011	29
XVI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	29
XVII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	30
XVIII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	31
XIX – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	31
XX – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2011	32
XXI – Composição do quadro de instituidores de pensão	32
XXII – Composição do quadro de estagiários	32
XXIII – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	33
XXIV – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	34
XXV – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	34
XXVI – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	37
XXVII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	37
XXVIII – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	38
XXIX – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	38
XXX – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	39
XXXI – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	40
XXXII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	41

XXXIII – Estrutura de controles internos da UJ	42
XXXIV – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	44
XXXV – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	46
XXXVI – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ... ..	46
XXXVII – Gestão da tecnologia da informação da Unidade Jurisdicionada	47
XXXVIII – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	48
XXXIX – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	48
XL – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	49
XLI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	50
XLII – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada	56

Lista de abreviações e siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
APO – Analista de Planejamento e Orçamento
ASO – Atestado de Saúde Ocupacional
ASP – Avaliação Socioeconômica de Projetos
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BAC – *Brazilian Army Commission*
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEDDET – Fundação Centro de Educação a Distância para o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
CETEFÉ – Centro de Treinamento de Educação Física Especial
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CLAD – Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONGEP – Congresso Nacional de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública
CONSAD – Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
DAS – Direção e Assessoramento Superiores
DGI – Diretoria de Gestão Interna
DOU – Diário Oficial da União
EIAPP – Escola Iberoamericana de Administração e Políticas Públicas
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
FIES – Programa de Financiamento Estudantil
FUB – Fundação Universidade de Brasília
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GCTI – Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação
GIZ – Agência de Cooperação Alemã
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRSPM – International Research Society for Public Management
LOA – Lei Orçamentária Anual

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OCI – Órgão de Controle Interno
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OGU – Orçamento Geral da União
PAC – Plano Anual de Capacitação
PCTI – Planejamento da Contratação de Tecnologia da Informação
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PPA – Plano Plurianual
PROREG – Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação
ProUni – Programa Universidade para Todos
SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência
SEPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SFTI – Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação
SG – Secretaria Geral da Presidência da República
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SNJ – Secretaria Nacional de Justiça
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPI – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SpiuNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRH – Secretaria de Recursos Humanos
TCU – Tribunal de Contas da União
TRE/RN – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNITAR – Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa

1. Introdução

Itens da norma (DN TCU nº 108/2010, Anexo II) que não se aplicam à natureza da Unidade:

- Itens referentes à demonstração de renúncia tributária: A ENAP é fundação pública criada pela Lei nº 6.871/80 e modificada pela Lei nº 8.140/90, as quais não conferiram a esta escola de governo a prerrogativa de instituir e/ou cobrar tributos.
- Análise crítica das demonstrações contábeis da administração pública federal direta: Não se aplica à ENAP por se tratar de fundação pública que, além de regida pela Lei nº 4.320/64, tem sua contabilidade executada pelo SIAFI.

Itens da norma (DN TCU nº 108/2010, Anexo II) que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não houve ocorrências em 2011:

- Fiscalizações realizadas pela Receita Federal do Brasil: não houve fiscalizações no exercício de 2011.
- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos: Não houve movimentação deste tipo de valor no ano de 2011.
- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros: a ENAP não possui imóveis de uso especial locados de terceiros.
- Deliberações do TCU atendidas no exercício: não houve deliberações do TCU expedidas para a ENAP durante o exercício considerado.
- Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício: não houve deliberações do TCU expedidas para a ENAP durante o exercício considerado.
- Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício: nenhuma recomendação do OCI expedida para a ENAP durante o exercício considerado deixou de ser atendida.
- Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendentes de atendimento: nenhuma recomendação da unidade de auditoria interna da UJ expedida durante o exercício considerado deixou de ser atendida.
- Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação: a ENAP não recebeu créditos neste grupo de despesas.
- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos: a ENAP não possui despesas nesta situação.
- Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada; relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado e autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados: Não houve no exercício considerado terceirização de cargos e atividades do plano de cargos na ENAP.
- Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação

técnica com organismos internacionais: a ENAP não realizou contratação de consultores por esta via em 2011.

A ENAP enfrenta o desafio de adequar-se a responder novas demandas, considerando seus objetivos estratégicos para a organização dos trabalhos e estruturação da oferta de serviços à administração pública. Tais objetivos podem ser expressos em quatro campos ou eixos de atuação, quais sejam: formação de agentes públicos de forma estratégica e inovadora; desenvolvimento de pesquisas e disseminação de conhecimentos de gestão; apoio à melhoria da gestão dos órgãos da Administração Pública Federal; e gestão estratégica da Escola. No exercício de 2011, destacam-se as realizações relatadas a seguir.

No contexto da profissionalização dos servidores públicos, foi realizada em 2011 mais uma edição do curso de formação inicial para 95 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e concluída a formação de 102 Analistas de Planejamento e Orçamento (APO). Também foram capacitados 1.319 servidores nos programas de aperfeiçoamento para carreiras das áreas de gestão, planejamento e orçamento, finanças, controle e comércio exterior, além de cerca de 600 servidores de agências reguladoras.

Visando ao fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), conforme o Decreto nº 5.707/2006, e contemplando o desenvolvimento gerencial e a capacitação técnica para os sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, a exemplo das áreas de planejamento, orçamento, logística e gestão de pessoas, no ano de 2011 foram concluídas mais de 40 mil capacitações de servidores públicos, sendo aproximadamente 16 mil em cursos e eventos da modalidade presencial e mais de 24 mil na modalidade a distância.

Foram conferidos 52 títulos de especialistas a servidores públicos que concluíram os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública e Gestão de Pessoas. Outros 92 servidores encontram-se matriculados em novas edições, em andamento, desses cursos e também na especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, com previsão de conclusão para o início de 2012.

Frente ao desafio de garantir a gestão adequada de investimentos públicos de grande vulto, registra-se a realização de mais uma edição do Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos (ASP), com o propósito de qualificar quadros técnicos do Ministério dos Transportes. Foi ofertada turma exclusiva na modalidade mista (a distância e presencial) para 34 técnicos, como estratégia de promoção da Formação para Analistas de Infraestrutura daquele Ministério.

Foram realizadas, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP, 105 oficinas para elaboração do PPA 2012-2015, com 4.064 participantes, tendo como principais objetivos a apresentação do novo modelo do PPA e o diálogo com os Ministérios Setoriais para a construção dos programas temáticos que compõem o PPA. Houve também em 2011 a realização de 77 oficinas de Planejamento Estratégico, com 1.755 participantes, que se destinaram a apoiar os dirigentes das organizações públicas e suas equipes de trabalho para, coletivamente, desenhar objetivos e metas de políticas públicas, traçarem as estratégias para alcançá-los e monitorar sua ação. A ENAP atendeu, dentre outros, os seguintes órgãos e entidades vinculadas: Ministério do Planejamento (SRH), Presidência da República (SEPPIR, SEPM, SECOM, SG), Ministério da Saúde, Ministério da Pesca e da Aquicultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Justiça (FUNAI, SNJ/MJ), Governo do Distrito Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A celebração de parcerias com 14 instituições, distribuídas nas cinco regiões do Brasil, viabilizaram a expansão das atividades de capacitação da ENAP em território nacional. Até o início do mês de novembro, foram realizadas 141 turmas em cursos de catálogo, totalizando 2.705 servidores capacitados fora do Distrito Federal.

Foi ofertada uma turma do curso Gerência de Projetos: Teoria e Prática para 50 dirigentes e técnicos da área de Infraestrutura envolvidos com a execução do Programa de Aceleração do Crescimento das áreas de habitação, mobilidade urbana e FUNASA. Houve também o desenvolvimento de quatro cursos na modalidade a distância para o Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação, a saber: Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, Planejamento da Contratação de

Tecnologia da Informação – PCTI, Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação – SFTI e Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação – GCTI.

Foi desenvolvido o curso Tutoria *On-line* na Administração Pública, como requisito para o processo formativo dos professores tutores que atuam nos cursos da modalidade a distância. Foram também desenvolvidos os seguintes cursos em EaD: Microeconomia aplicada à análise de projetos de grande vulto; Microeconomia aplicada à análise de projetos de grande vulto; e Matemática financeira aplicada à análise de projetos de grande vulto.

Em 2011 houve a autorização para uso de conteúdo de oito cursos a distância para o INSS, destinados aos servidores daquela Instituição: Ética e Serviço Público; Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira; Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas – Lei 8.112/90 e legislação complementar; Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos – Lei 8.666/93; E-Mag: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico; Análise e Melhoria de Processos; Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse para Convenientes; Orçamento Público: Elaboração e Execução. Também em 2011 foi desenvolvido, em conjunto com o INSS, o curso a distância Construção e Mobilização da Equipe para o Trabalho, a ser implementado no ambiente AVA em 2012.

Foram ofertadas duas turmas do curso a distância “A Formação *On-line* nas Administrações Públicas” para a capacitação de técnicos atuantes em áreas de tomada de decisão ou de formação de opinião em relação à capacitação de servidores públicos. Em parceria com a Fundação Centro de Educação a Distância para o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – CEDDET, da Espanha, foram capacitados 40 servidores brasileiros e 15 servidores ligados aos governos de Moçambique, Angola e Cabo Verde. Além disso, a ENAP desenvolveu e realizou os cursos “Desenho Instrucional: Modelagem de Programas de Capacitação”, “Didática para Facilitadores de Aprendizagem” e “Elaboração e Gerenciamento de Projetos”, no contexto do Projeto de Cooperação Internacional de apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique. Os cursos foram estruturados e oferecidos para dirigentes e técnicos do Governo Moçambicano no Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica na cidade de Beira, em Moçambique.

Nos diversos Programas e Cursos de Catálogo, foram organizadas 162 turmas exclusivas presenciais, que capacitaram 3.454 servidores de 41 instituições, com destaque para Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério das Comunicações, e Agência Nacional de Telecomunicações. Houve, ainda, a oferta efetiva de 243 turmas exclusivas, que capacitaram 12.194 servidores de 62 instituições nos diversos cursos a distância, sendo 70% delas pertencentes ao Poder Executivo, 22% ao Poder Judiciário e 8% ao Poder Legislativo, incluindo turmas direcionadas à qualificação de militares brasileiros e servidores estrangeiros sediados na *Brazilian Army Commission (BAC)* em Washington, nos Estados Unidos.

Ainda no campo internacional, foram realizados dois cursos em articulação com a Escola Iberoamericana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP) para cerca de 70 servidores públicos de vários países da América Latina - inclusive o Brasil - sobre “Negociação e Resolução de Conflitos no Setor Público” e “Planejamento Estratégico no Contexto Iberoamericano”. No contexto do Programa Acadêmico da EIAPP, a ENAP desenvolveu o curso Ética e Administração na América Latina, destinado a dirigentes Iberoamericanos, como ação de apoio à implementação das cartas do CLAD, em especial, a Carta do Bom Governo. Em 2012 será implementado na modalidade a distância e ofertado no idioma espanhol. Foi também iniciado, em parceria com a GIZ (Agência de Cooperação Alemã) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) o Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional, com o curso de Comunicação e Interculturalidade e o curso de Moderação, ambos em caráter piloto para serem ofertados regularmente em 2012.

Em agosto de 2011 foi realizado o “Seminário Internacional sobre Proteção Social e Cidadania: desafios para a superação da extrema pobreza”, numa parceria da ENAP/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O evento integrou a finalização da parte presencial do curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, mas destinou-se também ao público em geral. Participaram cerca de 130 pessoas, sendo 34 do próprio curso e 96 de público externo.

Também se destacam os seguintes eventos em 2011: “Seminário de Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil”; “Seminário Gestão de Riscos e Crise – um diálogo com a experiência francesa”; “Seminário Brasil–França: Monitoramento de Ações Governamentais”; e a palestra “Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo”. Uma nova parceria foi firmada com o MDS para a realização da 2ª edição do curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social. O curso foi revisado e ajustado para atender às demandas do novo contexto governamental, especialmente no que se refere à agenda social do governo e ao Plano Brasil Sem Miséria. O Plano serviu para definir o público-alvo do curso e alguns temas de políticas sociais prioritárias a serem tratados. Além disso, leva em conta algumas questões transversais importantes para a atuação desse profissional, como a integração e a coordenação de políticas públicas, o impacto da intersetorialidade e da territorialidade, entre outras que ocupam a atual agenda do governo.

Foram realizadas 570 capacitações em projetos especiais, com 19 turmas em seis diferentes cursos realizados no PROREG, sendo que cerca de 8% do contingente de servidores das dez agências reguladoras no âmbito federal foram capacitados no referido programa.

Ocorreu em 2011 a premiação do 15º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal e a realização do 16º Concurso (111 inscrições, das quais dez serão premiadas). O total de inscrições acumuladas é de 1.537 e de premiadas 321 iniciativas, disponíveis no Banco de Soluções na página do Concurso. Além disso, a ENAP fez a coordenação técnica, juntamente com o IPEA, do 4º Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – Brasil, tendo sido registradas 1.638 inscrições e selecionadas 51 práticas para seleção de 20 a serem premiadas em 2012.

Houve o lançamento da Casoteca de Gestão Pública, um acervo virtual de estudos de caso sobre temas da Administração Pública para ensino e aprendizagem organizacional, com 28 casos de acesso gratuito. De junho a dezembro de 2011, foram contabilizados mais de 4.800 *downloads* de casos. Foram elaborados e supervisionados estudos de caso sobre diversidade (em parceria com a SEPPIR, SPM e PNUD), gestão de pessoas, gestão de crise e outros temas, além da tradução de estudo de caso sobre o Furacão Katrina no âmbito da temática de gestão de crise.

Foi realizada em outubro de 2011 a 3ª Oficina sobre Metodologia de Estudos de Caso com finalidade de ampliar os conhecimentos dos participantes e desenvolver habilidades para elaboração e uso de casos. Em agosto de 2011, foi organizado o Encontro Casoteca de Gestão Pública e Ouvidorias Públicas Federais, para a sensibilização de ouvidores e funcionários de ouvidorias para uso e disseminação da metodologia.

Em 2011 foram publicados três livros, dois cadernos ENAP e três edições da Revista do Serviço Público (periódico trimestral publicado desde 1937 e indexado conforme as normas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes). Entre as publicações não periódicas, vale destacar a nova tiragem de dois dos títulos mais procurados pelos usuários: Governar em Rede – de Stephen Goldsmith e William D. Eggers; e Diversidade e Capacitação em Escolas de Governo – Mesa-redonda de Pesquisa-Ação coordenada pela ENAP (ambos em processo final de produção). Ainda no tocante à disseminação de conhecimentos em gestão pública em 2011, foram realizados 14.165 empréstimos da Biblioteca Graciliano Ramos, vendidos ou distribuídos 8.174 exemplares impressos e contabilizados 334.639 *downloads* de publicações em formato eletrônico.

A ENAP coordenou um encontro com instituições integrantes do Sistema de Escolas de Governo da União, com os seguintes objetivos: dar continuidade ao intercâmbio entre as mesmas; construir uma agenda institucional comum; e identificar desafios e propostas para uma pauta de trabalho articulada - em observância às diretrizes da PNDP. Estiveram presentes dirigentes e representantes de dez escolas de governo da União. Em 2011 também ocorreram duas edições do Café com Debate ENAP, discutindo tendências e desafios da ocupação no setor público brasileiro, assim como os desafios e lições em tecnologias da informação, gestão e comunicação no setor público.

Foi entregue a versão 2.0 do Sistema Mapeamento da Oferta de capacitação nas escolas de governo, em novembro de 2011. Em dezembro, o Sistema Mapa possuía 190 instituições da Rede de Escolas de

Governo cadastradas, com 690 usuários. Dessas escolas, 84 inseriram informações de capacitação sobre 4 mil eventos de capacitação, nas mais diversas áreas do conhecimento.

1.1 Relatório de gestão individual

Quadro I – Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Escola Nacional de Administração Pública			
Denominação abreviada: ENAP			
Código SIORG: 956	Código LOA: 47210	Código SIAFI: 114702	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial			Código CNAE: 85.99-6-04
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-3103	(061) 2020-3021	(061) 2020-3167
Endereço Eletrônico: presidencia@enap.gov.br			
Página na Internet: www.enap.gov.br			
Endereço Postal: SAIS Area 2 A – CEP 70610-900 – Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 6.871 de 03 de dezembro de 1980, com alteração da denominação estabelecida pela Lei nº 8.140, de 28 de dezembro de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 6.563, de 11 de setembro de 2008, que aprova o Estatuto da ENAP.			
Decreto 5.497/05, que trata da priorização de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores (DAS).			
Decreto 5.707/06, que trata da implantação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
114702	ENAP		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
11401	ENAP		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
114702		11401	

2. Planejamento e gestão orçamentária e financeira

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) ratificou, em 2011, sua missão de desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas. Com o objetivo de produzir impacto direto na qualidade das ações finalísticas dos órgãos, a capacitação dos servidores públicos é realizada de forma integradora, tendo em conta a especificidade de cada tema, abordando os fundamentos que devem embasar toda ação pública, os quais se situam no campo da ética, da democracia e da justiça social.

As ações realizadas pela Escola inserem-se no Programa 0801 – Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública do Plano Plurianual (PPA) e, nesse sentido, foram desenvolvidas e oferecidas diversas oportunidades de capacitação aos servidores, como cursos de curta e longa duração para gerentes; cursos presenciais e a distância; cursos e eventos internacionais orientados para quadros estratégicos; cursos de formação e aperfeiçoamento de carreiras; especializações; seminários e oficinas; além da realização de pesquisas e eventos com o intuito de disseminar práticas inovadoras na Administração Pública.

As ações da ENAP relacionadas ao Programa 0801 no PPA 2008-2011 e suas respectivas relações com as competências regimentais da Escola são respectivamente:

- Ação 4066 – Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública
- Ação 6273 – Pós-Graduação para Servidores
- Ação 6275 – Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública
- Ação 2A44 – Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública
- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa
- Ação 4068 – Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras
- Ação 120A – Cooperação Técnica nas Áreas de Gestão de Políticas Públicas – UNITAR
- Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
- Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

As principais linhas de atuação da ENAP consistem em: formação de agentes públicos de forma estratégica e inovadora; desenvolvimento de pesquisas e disseminação de conhecimentos de gestão; apoio à melhoria da gestão dos órgãos da Administração Pública Federal e gestão estratégica da Escola.

Os indicadores do Programa 0801 atingiram os seguintes resultados no ano de 2011:

- 334.639 *downloads* realizados no sítio da ENAP;
- 1.177.217 horas de capacitação realizadas;
- 35.349 servidores capacitados com recursos orçamentários da ENAP; e
- 5.848 servidores capacitados por meio de destaques orçamentários provenientes de outros órgãos governamentais.

As ações descritas são financiadas com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), consignados à Escola na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo os gastos realizados com adequação ao alcance dos objetivos propostos para cada Ação.

Na profissionalização dos servidores públicos foram concluídas em 2011 mais de 40 mil capacitações de servidores públicos em cursos e eventos da modalidade presencial e a distância, além da capacitação de servidores nos programas de formação e de aperfeiçoamento para carreiras das áreas de gestão, planejamento e orçamento, finanças, controle, comércio exterior, e de agências reguladoras.

Em agosto de 2011, foi realizado o I Encontro de Colaboradores da ENAP para articulação e atualização dos diferentes especialistas que atuam junto à Escola, tendo sido oferecidas as seguintes atividades de capacitação: Oficina Orientações Político-pedagógicas da ENAP /Referenciais Orientadores da Proposta Educacional; Oficina Desenho de Cursos e Programas de Capacitação; Oficina Gerenciamento de Projetos; Oficina Gestão de Pessoas: Fundamentos e Tendências; Curso Elaboração de Editais para Aquisições no Setor público; Curso Formação de Pregoeiros – Pregão eletrônico; Oficina Debates Contemporâneos na Gestão Pública Brasileira; Oficina Programa de Capacitação em Indicadores, Monitoramento e Avaliação; Oficina AVA Moodle/Intermediário; Oficina Desafios de Personalizar, Contextualizar e Gerar Estratégias de *Feedback* em Áudio e Vídeo para Cursos a Distância.

A Escola realizou pesquisas relacionadas aos temas da inovação e motivação no setor público, e processos e espaços de participação social na Administração Pública Federal, cujos resultados foram apresentados em eventos nacionais e internacionais, com destaque para o Congresso do *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD)*, a Conferência Regional da *International Research Society for Public Management (IRSPM)* e o Congresso de Gestão Pública do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD). Ocorreu ainda em 2011, apresentação da Casoteca de Gestão Pública e do Sistema Mapa no VI Congresso Nacional de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública – CONGEP.

Foram realizados, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP, Oficinas para Elaboração do PPA 2012-2015, objetivando a apresentação do novo modelo do PPA e o diálogo com os Ministérios Setoriais para a construção dos programas temáticos que compõem o novo plano. Também no sentido de apoiar os dirigentes das organizações públicas e suas equipes de trabalho para, coletivamente, desenhar objetivos e metas de políticas públicas, traçarem as estratégias para alcançá-los e monitorar suas ações em 2011, a ENAP realizou oficinas de planejamento estratégico para diversos órgãos e entidades vinculadas.

Os desafios enfrentados pela ENAP demandam um maior quantitativo de servidores detentores de experiências e conhecimentos capazes de atender à complexidade e à diversidade das atividades. Assim, 10 novos servidores aprovados em concurso público realizado no ano de 2009 tomaram posse em 2011. A ENAP conta em dezembro de 2011 com uma força de trabalho efetiva composta de 184 servidores, os quais estão, direta ou indiretamente, envolvidos no alcance dos objetivos das ações. A Escola não possui professores em seu quadro de pessoal. Estes são contratados conforme a necessidade específica dos eventos de

aprendizagem oferecidos, com vistas à qualificação dos quadros do serviço público federal em diversas áreas e temas relevantes para o fortalecimento da capacidade de governo.

Com relação à infraestrutura de tecnologia da informação, a ENAP adquiriu em 2011 um sistema de *software* que permite virtualizar a criação/operação de servidores de forma a permitir o uso mais inteligente dos recursos de rede e da infraestrutura de computadores. Essa ferramenta permite maior flexibilidade na gestão dos recursos computacionais de processamento de dados, reduzindo custos com computadores e energia elétrica e aumentando a eficiência no uso dos recursos adquiridos. Foram adquiridos também dois servidores de rede destinados a substituir os computadores antigos e atender às necessidades de serviços, processamento de dados dos sistemas corporativos e dos novos sistemas, reduzindo os custos com energia elétrica e manutenção de servidores velhos e maior capacidade de respostas às necessidades de processamento de dados da Escola. Além disso, em 2011 ocorreu a contratação da fábrica de *software*, para o suporte do desenvolvimento do sistema corporativo institucional, proporcionando um ganho efetivo de capacidade de implementação do sistema corporativo integrado resultando em maior agilidade na prestação dos serviços e melhor nível de informação para os gestores.

Quanto aos recursos materiais, a Escola dispõe de 27 salas de aula, sala de vídeo conferência, quatro laboratórios de informática, auditório, três anfiteatros, parque informatizado, alojamento, restaurante, lanchonete, parque esportivo e diversos materiais e equipamentos de apoio, distribuídos conforme a necessidade de cada ação.

2.3 Programa de governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução do programa de governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro II – Demonstrativo da execução por programa de governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0801					
Denominação	Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	Democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas.					
Objetivos Específicos	Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais.					
Gerente	Paulo Sergio de Carvalho					
Público Alvo	Servidores da Administração Pública					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em RS 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
43.308.119,00	44.114.647,00	36.615.538,00	34.879.700,22	1.735.837,78	34.802.920,22	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de <i>Downloads</i> Realizados no Sítio da ENAP	31/12/06	101.896	115.000	180.000	334.639
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total dos <i>downloads</i> das seguintes publicações da ENAP: cadernos, livros, revistas, textos para discussão, seminários e catálogo de cursos.						

Fonte: SIAFI e SIGPlan

Quadro II – Demonstrativo da execução por programa de governo (continuação)

Análise do Resultado Alcançado						
O número de <i>downloads</i> das publicações ENAP vem crescendo sistematicamente ao longo dos últimos anos, saltando de pouco mais de 25 mil itens em 2003 para mais de 330 mil em 2011. Em relação ao exercício anterior, o crescimento verificado de <i>downloads</i> de publicações eletrônicas ENAP foi da ordem de 25%. Estes números revelam tanto a atualidade e a qualidade das publicações ENAP, quanto o crescente interesse dos usuários pelas publicações eletrônicas da Escola. Ressalte-se também que a partir do mês de setembro de 2011 dois novos itens – Casoteca de Gestão Pública e o Banco de Soluções do Prêmio Inovação em Gestão Pública – passaram a ser computados como itens de verificação dos <i>downloads</i> no sítio ENAP.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de Horas de Capacitação Realizadas	31/12/06	576.047	570.000	570.000	1.177.217
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total da carga horária realizada por participantes dos eventos de aprendizagem durante o ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado deste indicador engloba atividades com cargas horárias variadas.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Número de Servidores Capacitados	31/12/06	20.379	21.500	21.500	34.482
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total de participantes nos eventos de aprendizagem durante o ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice alcançado reflete o investimento da Escola na ampliação da sua oferta de capacitação à luz da necessidade de apoiar as ações governamentais para a melhoria da gestão pública. Esta ampliação se deu em escala nacional, pela maior oferta de cursos gratuitos a distância e pelo aprimoramento das parcerias com instituições nacionais e internacionais. Também foram promovidos eventos e projetos especiais voltados à capacitação de dirigentes, em atendimento aos Decretos 5.497/05 e 5.707/06 que tratam da priorização de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores - DAS e da implantação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Além disso, os cursos de formação e aperfeiçoamento de carreiras contribuíram para o incremento deste indicador. Registre-se que esse indicador totalizou no referido exercício 35.349 capacitações realizadas. A diferença em relação ao valor apresentado no SIGPlan não havia sido consolidada na data do fechamento do sistema.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Número de Servidores Capacitados por meio de Destaques Orçamentários	31/12/06	2.230	2.300	2.300	5.848
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total de participantes nos eventos de aprendizagem realizados por meio de destaques orçamentários durante o ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice alcançado no exercício reflete a ampliação da atuação da ENAP em apoio aos demais órgãos governamentais, com a utilização da descentralização orçamentária dos recursos para a viabilização das atividades de capacitação para a melhoria da gestão pública.						

Fonte: SIAFI e SIGPlan

Análise crítica da execução orçamentária do programa:

A execução dos créditos consignados à ENAP, por meio da LOA 2011, no Programa 0801 – Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública, ocorreu dentro do previsto, sendo contingenciada apenas pelas limitações impostas pelo Decreto de Programação e Execução Orçamentária (Decreto 7.445/2011 e suas alterações).

O montante autorizado na LOA para o referido Programa foi de R\$ 44.114.647,00, havendo bloqueio de R\$ 4.147.139,00 (9,4% do montante), restando R\$ 39.967.508,00 disponíveis para utilização, assim distribuídos: R\$ 19.421.991,00 para o grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 22.720.156,00 para Outras Despesas Correntes e R\$ 1.972.500,00 para o grupo Investimentos. Todo o bloqueio se deu no grupo de Outras Despesas Correntes.

A execução total (despesa empenhada) foi de 91,6% do montante liberado para utilização, distribuída da seguinte forma: R\$ 17.020.989,00 no grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 17.698.960,00 em Outras Despesas Correntes e R\$ 1.895.589,00 em Investimentos, totalizando R\$ 36.615.538,00.

Destaca-se a limitação para movimentação e empenho estabelecida pelo disposto no Decreto de Programação e Execução Orçamentária (Decreto 7.445/2011 e suas alterações) em relação à execução dos créditos consignados à Escola, tendo em vista a necessidade de investimentos urgentes em infraestrutura física, manutenção física e administrativa e ampla modernização, para melhor desempenhar seu papel institucional.

A ENAP apresenta bom índice de execução orçamentária anual (acima de 90%), porém, os limites concedidos são suficientes apenas para a manutenção cotidiana, não permitindo investimentos para modernização das instalações físicas da Escola.

2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro III – Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	301	0801	2004	A	3	unidade	109	91	126
04	301	0801	20CW	A	3	unidade	121	88	121
04	365	0801	2010	A	3	unidade	11	11	16
04	306	0801	2012	A	3	unidade	180	186	197
04	331	0801	2011	A	3	unidade	136	142	42
04	128	0801	4572	A	3	unidade	200	265	200
04	122	0801	09HB	OP	3	unidade	–	–	–
04	128	0801	4066	A	3	unidade	33.000	33.601	40.000
04	128	0801	4068	A	3	unidade	1.240	1.319	1.500
04	122	0801	2272	A	3	unidade	–	–	–
04	128	0801	2A44	A	3	unidade	49	23	–
04	573	0801	6275	A	3	unidade	209.000	356.978	225.000
04	128	0801	6273	A	3	unidade	150	52	90
04	128	0801	120A	A	3	Unidade	890	–	–

Fonte: SIGPlan

Análise crítica da execução física das ações:

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A meta realizada foi menor que a prevista, tendo em vista a saída de servidores no plano de saúde ofertado pela ENAP por intermédio do contrato com a operadora AMIL. Esta saída pode ser verificada pela opção do servidor na adesão a planos particulares.

Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

A realização dos exames periódicos iniciou-se em 2011, com término previsto para fevereiro de 2012. Entretanto o término da ação foi prorrogado para abril porque o Sistema para Realização dos Exames Periódicos é novo, está em fase de ajustes e apresentou problemas ao incluirmos a Operadora de saúde que é responsável por emitir o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, dos servidores e finalizar o processo no sistema. Além disso, a meta não foi cumprida porque contabilizamos somente os servidores atendidos até 31 de dezembro de 2011. Os servidores atendidos em janeiro e fevereiro de 2012 não foram contabilizados.

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Esta meta foi atingida no quantitativo previsto para 2011 conforme extração SIAFI e SIGPlan.

Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Esta meta foi superada no quantitativo previsto para 2011 devido ao ingresso de 10 (dez) servidores concursados.

Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Esta meta foi superada no quantitativo previsto para 2011 devido ao ingresso de 10 (dez) servidores concursados.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Esta ação superou a meta prevista devido ao ingresso de novos servidores concursados, à continuidade do Programa de Educação de Jovens e Adultos destinado aos servidores que não concluíram a Educação Básica (ensino fundamental e médio) e à Oficina de Processos Conversacionais, atividade que envolveu a participação de toda a Escola.

Ação 4066 – Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública

A meta de 33 mil capacitações referente ao ano de 2011 foi cumprida em sua totalidade, excedendo o previsto em 1,82%.

Ação 4068 – Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras

A superação da meta deve-se basicamente à contabilização, em 2011, dos concluintes do Curso de Formação para a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento (APO) – 16ª edição, iniciado em outubro de 2010 e finalizado em fevereiro de 2011. O curso havia sido previsto para 2010, mas não foi concluído em função do adiamento do cronograma do concurso.

O curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) – 16ª edição foi realizado entre agosto e setembro de 2011. E os cursos do Programa de Aperfeiçoamento para os profissionais das carreiras do ciclo de gestão governamental são oferecidos de modo continuado.

Com a implementação dos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento, a Coordenação Geral de Formação cumpriu sua missão de contribuir para o desenvolvimento profissional das carreiras do ciclo de gestão governamental. Propiciou o cumprimento do requisito para promoção dos EPPGG, com a oferta de cursos para seu aperfeiçoamento e realizou os cursos de formação das segundas etapas dos concursos para EPPGG e APO, de acordo com os respectivos editais.

2A44 – Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública

O corte orçamentário em diárias e passagens realizado pelo Governo Federal, no início de 2011, comprometeu muitos dos eventos programados para a ação de cooperação internacional. Além disso, a meta não pôde ser atingida em razão da não concretização de novos projetos previstos para 2011 (como Angola e Haiti), bem como a não confirmação de participação da ENAP em eventos organizados por redes ou fóruns de cooperação internacionais. Para o próximo exercício, as realizações da cooperação internacional da ENAP terão suas metas estimadas em capacitações realizadas (não mais em número de eventos realizados) e passarão a contar na ação de Desenvolvimento Gerencial da ENAP.

Ação 6275 – Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública

Os principais fatores para expressivo aumento na distribuição virtual de publicações, principalmente no segundo semestre de 2011, são os cursos de formação (segunda fase do concurso público) para as carreiras de EPPGG e de APO. Outros fatores relevantes são a contabilização dos *downloads* feitos no Banco de Soluções do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal; o lançamento da Casoteca de Gestão Pública – acervo virtual de estudos de caso com foco no ensino de administração pública; contabilização dos *downloads* feitos na Base de Dados da Biblioteca e o aumento de usuários, de todo o país, cadastrados no Portal de Periódicos Eletrônicos gerenciado pela Biblioteca.

O fortalecimento da ENAP como instituição de referência em administração pública e o consequente aumento da procura por parte das pessoas que concorrem para concursos públicos, e a adoção pelas Universidades das publicações da Escola continuam impactando no aumento da meta dessa ação. O sítio da ENAP, como ferramenta de comunicação e informação estratégica, colabora ainda com suas contínuas atualizações, adequações, melhorias na acessibilidade e no sistema de gerenciamento de *downloads*.

Ação 6273 – Pós-Graduação *Lato Sensu*

No ano de 2011 foram realizadas e concluídas as atividades de pós-graduação *lato sensu* previstas no Planejamento Estratégico da ENAP para o período. Foi concluído o curso de Especialização em Gestão Pública – 6ª edição, apresentadas as monografias e certificados os alunos da Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público – 2ª edição, bem como certificado um aluno da Especialização em Gestão Pública para Servidores que Atuam na Área de Processo Orçamentário, realizado no ano anterior, que concluiu a monografia juntamente com a 6ª turma de Gestão Pública. No total, foram certificados 52 servidores com o título de especialista. Ademais, os cursos de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social – 1ª edição, em Gestão Pública – 7ª edição e Gestão de Pessoas no Serviço Público – 3ª edição, que estavam em andamento, tiveram continuidade. A não realização da meta prevista se deve a um erro de estimativa quando da separação de duas ações que anteriormente contabilizavam juntas no PPA (pós-graduação *lato sensu* e atualização para servidores). As ações foram separadas, porém a meta permaneceu maior do que se considerada apenas a pós-graduação.

Ação 120A-Cooperação Técnica nas Áreas de Gestão de Políticas Públicas – UNITAR

Não houve execução físico-orçamentária devido à decisão de extinguir o “programa executivo do acordo básico de assistência técnica entre a Organização das Nações Unidas, suas agências especializadas e a República Federativa do Brasil para implementar ações de cooperação na área de gestão de políticas públicas”, anteriormente firmado entre o Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR), o Ministério do Planejamento (MP), a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

2.4 Desempenho orçamentário/financeiro

2.4.1 Programação orçamentária da despesa

Quadro IV – Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	47210	114702

2.4.2 Programação de despesas correntes

Quadro V – Programação de despesas correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	22.093.336,00	15.949.513,00	–	–	21.913.628,00	17.384.872,00	
	PLOA	22.151.950,00	15.929.245,00	–	–	21.913.628,00	17.384.872,00	
	LOA	22.151.950,00	15.929.245,00	–	–	21.913.628,00	17.384.872,00	
CRÉDITOS	Suplementares	471.000,00	3.134.000,00	–	–	2.925.000,00	340.723,00	
	Especiais	Abertos	–	–	–	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–	–	–
	Extraordinários	Abertos	–	–	–	–	–	4.122.000,00
		Reabertos	–	–	–	–	2.261.528,00	–
	Créditos Cancelados	2.908,00	45,00	–	–	4.380.000,00	79.200,00	
Outras Operações	–	–	–	–	–	–		
Total		22.620.042,00	19.063.200,00	–	–	22.720.156,00	21.768.395,00	

Fonte: SIAFI/SIAFIGERENCIAL

2.4.3 Programação de despesas de capital

Quadro VI – Programação de despesas capital Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.972.500,00	1.124.000,00	–	–	–	–	
	PLOA	1.972.500,00	1.124.000,00	–	–	–	–	
	LOA	1.972.500,00	1.124.000,00	–	–	–	–	
CRÉDITOS	Suplementares	–	–	–	–	–	–	
	Especiais	Abertos	–	–	–	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–	–	–
	Extraordinários	Abertos	–	–	–	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–	–	–
	Créditos Cancelados	–	–	–	–	–	–	
Outras Operações	–	–	–	–	–	–		
Total		1.972.500,00	1.124.000,00	–	–	–	–	

Fonte: SIAFI/SIAFIGERENCIAL

2.4.3.1 Quadro resumo da programação de despesas

Quadro VII – Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência (Valores em R\$ 1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	21.913.628,00	17.384.872,00	1.972.500,00	1.124.000,00	–	–	
	PLOA	21.913.628,00	17.384.872,00	1.972.500,00	1.124.000,00	–	–	
	LOA	21.913.628,00	17.384.872,00	1.972.500,00	1.124.000,00	–	–	
CRÉDITOS	Suplementares	2.925.000,00	340.723,00	–	–	–	–	
	Especiais	Abertos	–	–	–	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–	–	–
	Extraordinários	Abertos	–	4.122.000,00	–	–	–	–
		Reabertos	2.261.528,00	–	–	–	–	–
	Créditos Cancelados	4.380.000,00	79.200,00	–	–	–	–	
Outras Operações		–	–	–	–	–	–	
Total		22.720.156,00	21.768.395,00	1.972.500,00	1.124.000,00	–	–	

Fonte: SIAFI/SIAFIGERENCIAL

2.4.3.2 Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Quadro VIII – Movimentação orçamentária por grupo de despesa (Valores em R\$ 1,00)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	–	–	–	–	–
	Recebidos	201002	04126800285160001	–	–	138.960,00
		201002	0412210882D330001	–	–	180.735,00
		201002	04121080245050001	–	–	142.927,21
		201002	04128100345720001	–	–	18.240,00
Movimentação Externa	Concedidos	090032	28846090100G50001	6.835,00	–	–
		090032	28846090100050001	48.871,00	–	–
		154040	04122080122720001	–	–	15.498,00
	Recebidos	110319	04128075220CT0001	–	–	23.040,00
		200021	14122106822720001	–	–	45.509,20
		200094	14122075020000001	–	–	19.200,00
		238012	14128075045720001	–	–	67.830,15
		240005	07212068325330001	–	–	124.920,00
		257001	10128001645720001	–	–	384.340,76
		410003	24128800645720001	–	–	835,05
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	–	–	–	–	–
		–	–	–	–	–
		–	–	–	–	–
	Recebidos	–	–	–	–	–
Movimentação Externa	Concedidos	–	–	–	–	–
	Recebidos	–	–	–	–	–

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL

Análise crítica:

As movimentações concedidas totalizaram R\$ 71.204,00, sendo R\$ 55.706,00 no grupo de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, e, R\$ 15.498,00 no grupo Outras Despesas Correntes.

A descentralização de R\$ 55.706,00 se deu através de lançamentos feitos pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, quando da liberação da dotação orçamentária para o exercício, em favor da Secretaria do TRF 1ª Região – Orçamentária, para custeio de despesas com pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatório). O valor de R\$ 15.498,00 foi descentralizado para a Fundação Universidade de Brasília – FUB, por meio da nota de crédito nº 2011NC000002. Inicialmente este valor foi de R\$ 35.000,00 dos quais a entidade executora devolveu R\$ 19.502,00 como saldo não executado. O crédito foi destinado ao atendimento de Termo de Cooperação Técnica entre a FUB e a ENAP para prestação de serviços técnicos de mapeamento de processos da ENAP.

As movimentações recebidas totalizaram R\$ 1.154.457,37 oriundas de diferentes entidades da Administração Pública Federal, destinadas ao custeio de diversas despesas inerentes a eventos de capacitação realizados pela ENAP.

2.4.4 Execução orçamentária da despesa

2.4.4.1 Execução orçamentária de créditos originários da UJ

Quadro IX – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ (Valores em R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	–	–	–	–
Tomada de Preços	–	–	–	–
Concorrência	154.017,43	253.557,89	154.017,43	253.557,89
Pregão	7.569.681,35	6.593.314,93	5.993.817,75	5.677.917,15
Concurso	–	–	–	–
Consulta	–	–	–	–
Registro de Preços	–	–	–	–
Contratações Diretas				
Dispensa	1.540.077,32	967.350,15	1.427.109,47	912.634,65
Inexigibilidade	3.620.800,61	3.446.062,62	3.509.347,61	3.365.737,10
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	210,37	1.990,00	210,37	1.990,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	21.558.947,95	20.316.363,71	21.558.947,95	20.286.719,30
Diárias	51.886,93	133.736,88	51.886,93	133.736,88
Outros	5.314.621,91	5.853.328,53	5.295.453,58	5.837.560,86

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL

Quadro X – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ (Valores em R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º) 319011 – Venc Vant Fixas	14.433.822,95	13.712.659,02	14.433.822,95	13.712.659,02	–	–	14.433.822,95	13.712.659,02
2º) 319001 – Aposentadorias	2.899.590,65	2.641.307,65	2.899.590,65	2.641.307,65	–	–	2.899.590,65	2.641.307,65
3º) Obrigações Patronais	1.971.779,41	1.741.328,56	1.971.779,41	1.741.328,56	–	–	1.971.779,41	1.741.328,56
Demais elementos do grupo	910.501,58	946.355,42	910.501,58	946.355,42	–	29.644,41	903.666,58	916.711,01
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
2º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
3º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
Demais elementos do grupo	–	–	–	–	–	–	–	–
3 – Outras Despesas Correntes								
1º) 339039 – OST - PJ	6.656.236,81	6.505.115,15	6.345.159,36	6.505.115,15	311.077,45	430.277,43	6.345.159,36	6.074.837,72
2º) 339036 – OST – PF	4.302.394,52	3.954.726,25	4.293.994,52	3.954.726,25	8.400,00	16.505,00	4.293.994,52	3.938.221,25
3º) 339048 – Auxílio Financeiro	3.041.890,20	3.726.974,96	3.041.890,20	3.726.974,96	–	–	3.041.890,20	3.726.974,96
Demais elementos do grupo	3.698.438,56	3.245.447,87	3.598.665,76	3.245.447,87	99.772,80	172.207,05	3.598.665,76	3.073.240,82

Fonte: SIAFI/SIAFI GEERENCIAL

Nota: Há despesa liquidada não paga (resto a pagar processado) no grupo pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 6.835,00, decorrente de empenho de despesa na ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

Quadro XI – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ (Valores em R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	1.199.603,99	1.059.384,83	521.278,19	1.059.384,83	678.325,80	414.811,99	444.498,19	644.572,84
2º elemento de despesa	695.985,20	32.405,00	57.723,47	32.405,00	638.261,73	32.405,00	57.723,47	–
3º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
Demais elementos do grupo	–	–	–	–	–	–	–	–
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
2º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
3º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
Demais elementos do grupo	–	–	–	–	–	–	–	–
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
2º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
3º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
Demais elementos do grupo	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL

Nota: Há despesa liquidada não paga (Resto a Pagar Processado) no grupo Investimentos, no valor de R\$ 76.780,00.

Análise crítica

A execução dos créditos consignados à ENAP, através da LOA 2011, ocorreu dentro do previsto, sendo contingenciada apenas pelas limitações impostas pelo Decreto de Programação e Execução Orçamentária (Decreto nº 7.445/2011 e suas alterações), não havendo outras ocorrências negativas ou alteração de atribuições que prejudicassem tal execução.

Os recursos orçamentários destinados ao melhor desempenho do papel institucional da Escola, quais sejam, destinados aos investimentos em infraestrutura física, manutenção física e administrativa e modernização, sofreram no exercício de 2011 limitações para movimentação e empenho de créditos, comprometendo a gestão dos recursos alocados no orçamento da Escola para esta finalidade.

Os gastos por grupo e elemento de despesas e por modalidade de contratação não tiveram modificações significativas, mantendo-se dentro dos valores e padrões históricos da Escola.

A ENAP tem bom índice de execução orçamentária anual (acima de 90%), porém, os limites concedidos são suficientes apenas para a manutenção cotidiana, não permitindo investimentos para modernização da Escola.

2.4.4.2 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro XII – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	–	–	–	–
Tomada de Preços	–	3.485,40	–	3.485,40
Concorrência	38.323,12	–	38.323,12	–
Pregão	4.906,93	69.769,39	4.906,93	69.769,39
Concurso	–	–	–	–
Consulta	–	–	–	–
Contratações Diretas				
Dispensa	–	–	–	–
Inexigibilidade	811.855,00	492.975,00	811.855,00	405.300,00
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	–	–	–	–
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	–	133.898,88	–	133.898,88
Diárias	3.921,32	–	3.921,32	–
Outras	295.451,00	1.719.174,36	295.451,00	1.701.639,36

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL

2.4.5 Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro XIII – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação (Valores em R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	–	73.405,05	–	73.405,05	–	–	–	73.405,05
2º elemento de despesa	–	60.493,83	–	60.493,83	–	–	–	60.493,83
3º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
Demais elementos do grupo	–	–	–	–	–	–	–	–
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
2º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
3º elemento de despesa	–	–	–	–	–	–	–	–
Demais elementos do grupo	–	–	–	–	–	–	–	–
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	923.912,10	788.605,00	923.912,10	788.605,00	–	87.675,00	923.912,10	700.930,00
2º elemento de despesa	184.551,00	157.721,00	184.551,00	157.721,00	–	17.535,00	184.551,00	140.186,00
3º elemento de despesa	38.323,12	1.265.823,36	38.323,12	1.265.823,36	–	–	38.323,12	1.265.823,36
Demais elementos do grupo	7.671,15	73.254,79	7.671,15	73.254,79	–	–	7.671,15	73.254,79

Fonte: SIAFI/SIAFIGERENCIAL

Análise crítica:

As movimentações recebidas totalizaram R\$ 1.154.457,00 oriundas de diversas entidades da Administração Pública Federal.

Os créditos recebidos foram destinados tão somente ao custeio de capacitações para servidores públicos realizadas pela ENAP, não tendo nenhuma vinculação com alteração de atribuições institucionais, contingenciamentos de créditos ou outros eventos prejudiciais à execução orçamentária.

O montante das movimentações recebidas representa 4,7% da dotação orçamentária consignada ao grupo de Outras Despesas Correntes e de Investimentos, e 2,4% da dotação orçamentária total da Escola.

3. Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

3.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro XIV – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores (Valores em R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	–	–	–	–
2009	11.707,07	–	11.707,07	–
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.201.060,88	129.855,31	1.071.205,57	–
2009	862.813,59	83.690,28	779.123,31	–

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

No montante indicado na coluna de “cancelamentos acumulados” de “Restos a Pagar não Processados”, nos exercícios financeiros de 2010 e 2009, há empenhos realizados por estimativa, o que ensejou a realização de cancelamentos ao final dos exercícios pela não efetivação/execução dos serviços/materiais contratados.

Ademais, no exercício financeiro de 2010, coluna “cancelamentos acumulados” de “Restos a Pagar Não Processados”, ocorreu a mudança de CNPJ do fornecedor Avansys Tecnologia LTDA EPP, após a emissão da Nota de Empenho nº 2010NE900864, o que ensejou posterior cancelamento.

Registra-se, ainda, no exercício financeiro de 2010, coluna “cancelamentos acumulados”, a ocorrência de ajustes orçamentários, cancelamento da Nota de Empenho nº 2010NE901456, fornecedor Proquest Latin America Serviços e Produtos para Acesso, pela inscrição indevida em Restos a Pagar.

Os demais casos de “cancelamentos acumulados” em “Restos a Pagar Não Processados”, nos exercícios financeiros de 2010 e 2009, foram registrados em razão da dinâmica da execução orçamentária, pela não efetivação/execução dos serviços /materiais contratados.

4. Informações sobre recursos humanos da Unidade

4.1 Composição do quadro de servidores ativos

4.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro XV – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	210	183	17	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	–	–	–	–
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	–	183	17	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	210	142	10	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	19	4	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–	–	–
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	–	22	3	4
2. Servidores com Contratos Temporários	5	1	–	–
3. Total de Servidores (1+2)	215	184	17	14

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

4.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro XVI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	14
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	7
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	3 *
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	15
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	–
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	15
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	–
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	–
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	–
3.1. De ofício, no interesse da Administração	–
3.2. A pedido, a critério da Administração	–
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	–
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	–
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	–

Fonte: Data Warehouse – DW / SIAPE

Quadro XVI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – situação em 31/12/2011
(continuação)

4. Licença remunerada (4.1+4.2)	15
4.1. Doença em pessoa da família	14
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	–
5.2. Serviço militar	–
5.3. Atividade política	–
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	–
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	–
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	46

Fonte: Data Warehouse – DW / SIAPE

Notas: – Servidora Lúcia Heli da Silva cedida ao TSE em conformidade com a Lei nº 6.999/1982; – Servidor Hermann Bento Ledebour cedido à Câmara dos Deputados em conformidade com Ofícios Circulares nºs 32, de 29/12/2000 e 69, de 21/12/2011 – Portaria nº 1.367/SRH, DOU de 24/6/2008, seção 2, pg. 26; – Servidora Neusa Maria Silva de Oliveira cedida ao TRE-RN em conformidade com a Lei nº 6.999/1982.

4.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada

Quadro XVII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	80	75	22	24
1.1. Cargos Natureza Especial	–	–	–	–
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	80	75	–	–
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	–	17	3	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	14	3	3
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	–	13	5	7
1.2.4. Sem vínculo	–	31	11	11
1.2.5. Aposentados	–	–	–	–
2. Funções gratificadas	32	32	5	1
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	–	31	4	1
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	–	1	1	–
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	112	107	27	25

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

4.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

Quadro XVIII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	29	40	46	51	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	–	–	–	–	–
1.2. Servidores de Carreira	29	39	46	51	18
1.3. Servidores com Contratos Temporários	–	1	–	–	–
2. Provimento de cargo em comissão	15	20	33	30	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	–	–	–	–	–
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	20	26	12	3
2.3. Funções gratificadas	1	–	7	18	6
3. Totais (1+2)	44	60	79	81	27

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW/ SIAPE

Nota: Cabe ressaltar que os valores apresentados no campo 3 do quadro acima não representam a quantidade total de pessoas por faixa etária, tendo em vista os casos de servidores de carreira que ocupam cargos em comissão do grupo DAS ou funções gratificadas, que são contabilizados tanto no campo 1 quanto no campo 2.

4.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro XIX – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	–	1	17	11	45	54	25	26	5	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
1.2. Servidores de Carreira	–	1	17	11	45	54	25	26	4	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	–	–	–	–	–	–	–	–	1	
2. Provimento de cargo em comissão	–	1	7	6	28	29	16	15	5	
2.1. Cargos de Natureza Especial	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	–	–	–	–	14	26	15	15	5	
2.3. Funções gratificadas	–	1	7	6	14	3	1	–	–	
3. Totais (1+2)	–	2	24	17	73	83	41	41	10	

Legenda de Nível de Escolaridade: 1. Analfabeto; 2. Alfabetizado sem cursos regulares; 3. Primeiro grau incompleto; 4. Primeiro grau; 5. Segundo grau ou técnico; 6. Superior; 7. Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8. Mestrado; 9. Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10. Não Classificada.

Nota: Cabe ressaltar que os valores apresentados no campo 3 do quadro acima não representam a quantidade total de pessoas por nível de escolaridade, tendo em vista os casos de servidores de carreira que ocupam cargos em comissão do grupo DAS ou funções gratificadas, que são contabilizados tanto no campo 1 quanto no campo 2.

4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

4.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro XX – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	22	–
1.1 Voluntária	20	–
1.2 Compulsória	–	–
1.3 Invalidez Permanente	2	–
1.4 Outras	–	–
2. Proporcional	30	–
2.1 Voluntária	26	–
2.2 Compulsória	4	1
2.3 Invalidez Permanente	–	–
2.4 Outras	–	–
3. Totais (1+2)	52	–

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

4.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXI – Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	7	–
1.1. Integral	5	–
1.2. Proporcional	2	–
2. Em Atividade	1	–
3. Total (1+2)	8	–

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

4.3 Composição do quadro de estagiários

Quadro XXII - Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	40	39	43	35	240.674,51
1.1 Área Fim	20	19	19	16	121.123,94
1.2 Área Meio	20	20	24	19	119.550,57
2. Nível Médio	4	6	5	5	15.718,36
2.1 Área Fim	–	–	–	–	–
2.2 Área Meio	4	6	5	5	15.718,36
3. Total (1+2)	44	45	48	40	256.392,87

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW / SIAPE

4.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXIII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
(Valores em R\$ 1,00)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos									
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão									
Exercícios	5.230.725,02	27.790,31	455.876,91	159.646,86	-	384.900,00	-	139,14	6.259.078,24
2010	4.713.171,50	7.618,75	404.429,63	104.694,32	-	318.182,22	-	-	5.548.096,42
2009	3.023.406,26	8.568,80	257.600,27	88.770,32	-	154.707,93	-	-	3.533.053,58
Servidores com Contratos Temporários									
Exercícios	60.000,00	-	5.000,00	1.666,66	-	3.648,00	-	-	70.314,66
2010	116.666,66	-	7.916,66	4.166,65	-	6.577,45	-	-	135.327,42
2009	230.749,98	-	18.333,32	1.527,77	-	8.028,17	-	-	258.639,24
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença									
Exercícios	759.672,29	-	61.040,13	23.488,81	-	66.179,30	-	-	910.380,53
2010	721.867,03	-	63.735,67	19.999,51	-	60.667,40	-	-	866.269,61
2009	594.478,40	-	51.629,84	13.129,58	-	40.980,70	-	-	700.218,52
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial									
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior									
Exercícios	1.447.410,59	1.428.613,81	237.589,63	94.857,95	-	124.168,44	-	-	3.332.640,42
2010	1.349.162,95	1.576.135,80	245.233,26	73.566,71	-	99.339,57	-	-	3.343.438,29
2009	1.134.171,54	1.427.820,83	214.838,90	81.909,66	-	54.482,49	-	-	2.913.223,42
Servidores ocupantes de Funções gratificadas									
Exercícios	1.666.038,75	127.328,10	156.458,68	50.215,55	-	160.426,42	-	-	2.160.467,50
2010	1.646.666,56	124.620,99	148.429,26	51.498,14	-	147.673,40	-	-	2.118.883,35
2009	1.570.907,38	137.794,06	143.056,80	47.891,32	-	96.436,64	-	-	1.996.086,20

Fonte: DATA WAREHOUSE – DW/ SIAPE

4.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

4.5.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade

Quadro XXIV – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP														
UG/Gestão: 114702 - 11401							CNPJ: 00.627.612/0001-09							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	Contrato 03/2009	00.087.163/001-53	12/01/11	11/01/13	-	-	-	-	-	-	-	P
2010	V	O	Contrato 12/2010	09.459.901/0001-10	22/02/11	21/02/13	-	-	P	-	-	-	-	P

Observações: Contrato 03/2009 – Termo Aditivo 02/2011 prorrogação 12/01/2011 a 11/01/2012 e Termo Aditivo 01/2012 prorrogação 12/01/2012 a 11/01/2013 Contrato 12/2010 – Termo Aditivo 05/2011 prorrogação 22/02/11 a 21/02/2012 e Termo Aditivo 04/2012 prorrogação 22/02/2012 a 21/02/2013

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

4.5.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro XXV – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP														
UG/Gestão: 114702 - 11401							CNPJ: 00.627.612/0001-09							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	14	O	Contrato 37/2009	26.972.885/0001-84	16/12/11	15/12/12	-	-	P	-	-	-	-	P
2008	11	O	Contrato 39/2008	02.895.841/0001-30	30/12/11	29/12/12	P	-	P	-	P	-	-	P
2010	14	O	Contrato 29/2010	03.873.406/0001-77	31/08/11	30/08/12	-	-	P	-	-	-	-	E
2011	14	O	Contrato 33/2011	06.959.859/0001-09	10/11/11	09/11/12	-	-	P	-	-	-	-	A
2008	14	O	Contrato 29/2008	32.913.188/0001-55	04/09/11	03/09/12	-	-	P	-	-	-	-	P
2010	07	O	Contrato 26/2010	09.267.699/0001-25	10/06/11	09/06/12	-	-	P	-	-	-	-	P
2008	04	O	Contrato 01/2008	38.062.485/0001-10	10/01/12	09/01/13	-	-	P	-	-	-	-	P

Legenda: Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 14. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

4.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

4.6.1 Absenteísmo

A área de Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão Interna (DGI) da ENAP atualmente trabalha com um Sistema de frequência chamado *STARH*, no qual são registrados pelo servidor as frequências diárias e pela CRH os afastamentos oficiais superiores ou iguais a um dia. Porém, o sistema necessita ser revisto e atualizado, pois não emite relatórios gerenciais para o acompanhamento de indicadores. Pelo exposto, a CRH, em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), buscará em 2012 o aprimoramento do sistema atual ou, se preciso, fará a proposta de aquisição de um sistema de RH capaz de fazer a gestão das ausências por faltas ou atrasos do servidor (absenteísmo).

4.6.2 Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Houve um registro de acidente de trabalho em 2010, cuja licença para afastamento se estendeu ao longo do exercício de 2011, identificado por meio do acompanhamento e homologação de atestados médicos. Visto ser um caso pontual, pôde ser acompanhado via sistema *STARH* conforme apresentação de atestados constantes do quadro abaixo:

Quantitativo de Atestados entregues em 2010/2011 pelo servidor	
Período	Afastamento
18/10/2010 a 15/02/2011	Licença para tratamento da própria saúde
16/02/2011 a 16/04/2011	Licença para tratamento da própria saúde
13/7/2011 a 22/7/2011	Licença para tratamento da própria saúde
23/7/2011 a 16/8/2011	Licença para tratamento da própria saúde
17/8/2011 a 15/9/2011	Licença para tratamento da própria saúde
16/9/2011 a 30/9/2011	Licença para tratamento da própria saúde
1/10/2011 a 20/10/2011	Licença para tratamento da própria saúde

Com relação às doenças ocupacionais, não houve registro em 2011 com base na realização dos exames periódicos.

4.6.3 Rotatividade (*turnover*)

Com relação à rotatividade em 2011, esta foi considerada alta, tendo em conta o ingresso e egresso de servidores tanto efetivos quanto comissionados, conforme quadro XV – Força de Trabalho da UJ – apresentado anteriormente.

4.6.4 Educação continuada

O critério utilizado para a análise do alcance da meta realizada foi o número de servidores capacitados em ao menos um evento de capacitação durante o ano de 2011. Esta ação superou a meta prevista devido ao ingresso de novos servidores concursados, à continuidade do Programa de Educação de Jovens e Adultos destinado aos servidores que não concluíram a Educação Básica (ensino fundamental e médio) e à Oficina de Processos Conversacionais, atividade que envolveram a participação de toda a Escola. Verificase que do ponto de vista numérico, a execução da meta foi de 132,5% em relação ao previsto no SIGPlan, ou seja, 265 capacitações realizadas frente a 200 previstas para o exercício. Convém destacar que:

- O público alvo das ações de capacitação são os servidores ativos do quadro permanente, requisitados, servidores em exercício descentralizado e servidores em cargos em comissão;
- O Plano Anual de Capacitação (PAC) da Escola está sendo construído e com previsão de execução em 2012. Tendo, assim, um indicador futuro de controle mais próximo das áreas.

4.6.5 Disciplina

No tocante aos procedimentos disciplinares, no ano de 2011 não houve registro de processos administrativos disciplinares.

4.6.6 Aposentadoria *versus* reposição do quadro

No ano de 2011, houve uma reversão de aposentadoria, com base no laudo de perícia médica oficial, e uma aposentadoria compulsória. Houve a reposição no quadro de pessoal conforme nomeação de 10 (dez) servidores concursados.

5. Informações sobre transferências

5.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

5.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro XXVI – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP									
CNPJ: 00.627.612/0001-09					UG/GESTÃO: 114702 - 11401				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	01/2011	00038174/0013-87	R\$ 35.000,00	–	R\$ 15.498,00	R\$ 15.498,00	07/06/2011	31/11/2011	7

Legenda: Modalidade: 1. Convênio; 2. Contrato de Repasse; 3. Termo de Cooperação; 4. Termo de Compromisso
Situação da Transferência: 1. Adimplente; 2. Inadimplente; 3. Inadimplência Suspensa; 4. Concluído; 5. Excluído; 6. Rescindido; 7. Arquivado.

Fonte: SIAFI

5.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro XXVII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Escola Nacional de Administração Pública – ENAP				
CNPJ:		00.627.612/0001-09				
UG/GESTÃO:		114702 - 11401				
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	–	–	–	–	–	–
Contrato de Repasse	–	–	–	–	–	–
Termo de Cooperação	01	01	01	R\$ 15.498,00	R\$ 27.660,00	R\$ 24.840,00
Termo de Compromisso	–	–	–	–	–	–
Totais:	–	–	–	–	–	–

Fonte: SIAFI

5.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro XXVIII – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
CNPJ: 00.627.612/0001-09			UG/GESTÃO: 114702 - 11401		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	–	–	–	–	–
Contrato de Repasse	–	–	–	–	–
Termo de Cooperação	–	–	11.498,00	–	100%
Termo de Compromisso	–	–	–	–	–
Totais	–	–	11.498,00	–	100%

Justificativa:

Apoio destinado à realização das atividades necessárias à formulação da arquitetura do negócio aplicada à ENAP com a especificação de sistemas em conformidade com os processos de negócio da ENAP, para posterior desenvolvimento efetivo dos sistemas de informação por fábrica de *software*.

5.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro XXIX – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse (Valores em R\$ 1,00)

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
CNPJ: 00.627.612/0001-09			UG/GESTÃO: 114702 - 11401		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	–	–	–
		Montante Repassado	–	11.498,00	–
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	–	–	–
		Montante Repassado	–	–	–
2010	Contas prestadas	Quantidade	–	–	–
		Montante Repassado	–	–	–
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	–	–	–
		Montante Repassado	–	–	–
2009	Contas prestadas	Quantidade	–	–	–
		Montante Repassado	–	–	–
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	–	–	–
		Montante Repassado	–	–	–
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	–	–	–
		Montante Repassado	–	–	–

Justificativa:

Os produtos previstos, gerados e entregues ao longo da vigência do Termo de Cooperação foram:

Planejamento: com entrega do Plano do Projeto Piloto Fase A;

Capacitação e treinamento da Equipe em Processos: realizando o curso de Mapeamento de Processos com audiência de 15 servidores e o curso de Análise, Diagnóstico e Redesenho de Processos com audiência de 12 servidores;

Mapeamento da Cadeia de Valor: mapeando a Cadeia de Valor da ENAP; e

Encerramento Administrativo.

5.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro XXX – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse (Valores em R\$ 1,00)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)	-	-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade	-	-	
Montante repassado (R\$)	-	-			
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado	-	-	

6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e SICONV

Quadro XXXI – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Declaração

Eu IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES, CPF nº 536.661.607-78, **Coordenador-Geral de Administração**, exercido na **Fundação Escola Nacional de Administração Pública**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 06 de março de 2012.

IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES
CPF: 536.661.607-78
Coordenador-Geral de Administração
Diretoria de Gestão Interna - ENAP

7. Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93 relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

7.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro XXXII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	–	–	–
	Entregaram a DBR	–	–	–
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	–	–	–
	Entregaram a DBR	–	–	–
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	240	240	240
	Entregaram a DBR	240	240	240
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–

Fonte: Data Warehouse – DW / SIAPE

Análise Crítica:

As DBRs são solicitadas no ato do ingresso dos servidores (cargos efetivos e sem vínculo), integrando rol de documentação exigida para concretizar a posse. Cabe à Coordenação de Recursos Humanos o gerenciamento da recepção das DBRs e formulário de autorização de acesso aos dados constantes da base da Receita Federal do Brasil.

Não foi constatada necessidade de sistema informatizado para gerenciamento das DBR, visto o tamanho da UJ, e a quantidade de DBR gerenciadas. Elas são recebidas em papel, e a autoridade ou servidor assina uma autorização expressa à UJ para o acesso às informações constantes na base de dados da Receita Federal.

A forma de armazenamento é no arquivo controlado pela Coordenação de Recursos Humanos, nas pastas funcionais de cada servidor ou autoridade.

Não são realizadas análises com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

8. Sistema de controle interno

8.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro XXXIII – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X

Quadro XXXIII – Estrutura de controles internos da UJ (continuação)

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					

Legenda: Níveis de Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ; **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria; **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ; **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria; **(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9. Sustentabilidade ambiental

9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro XXXIV – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
Considerações Gerais:					

Legenda: Níveis de Avaliação: (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ; (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente

aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria; **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ; **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria; **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Gestão do patrimônio imobiliário

10.1 Gestão de bens imóveis de uso especial

Quadro XXXV – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Brasília	3	3
	Subtotal Brasil	Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	–	–
	cidade 2	–	–
	cidade “n”	–	–
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	–	–
	cidade 2	–	–
	cidade “n”	–	–
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
	Total (Brasil + Exterior)	3	3

Fonte: SpiuNet

Quadro XXXVI – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
114702	9701.17143.500-3	15	Bom	163.575,26	01/06/2011	R\$ 920.000,00	–	–
114702	9701.17142.500-8	15	Bom	313.751,15	01/06/2011	R\$ 2.450.000,00	–	–
114702	9701.21512.500-4	21	Bom	8.677.049,98	Não	–	–	R\$ 1.623.981,30
Total							Σ	R\$ 1.623.981,30

Fonte: SpiuNet

Análise crítica:

Embora os quadros XXXV e XXXVI acima se refiram a bens imóveis de propriedade da União, os imóveis relacionados são de propriedade da Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

11. Gestão de tecnologia da informação

11.1 Gestão de tecnologia da informação (TI)

Quadro XXXVII – Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	12 servidores				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	60%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					

Legenda: Níveis de avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ; **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria; **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ; **(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria; **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

12. Utilização de cartões de pagamento do Governo Federal

12.1 Despesas com cartão de crédito corporativo

12.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na Unidade e utilização no exercício

Quadro XXXVIII – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador (Valores em R\$ 1,00)

Código da UG 1	114702	Limite de Utilização da UG	30.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Celio Lucio do Amaral	098.567.141-68	3.900,00	800,00	3.100,00	3.900,00
Gilmar Inácio da Silva	185.283.921-04	6.900,00	800,00	6.100,00	6.900,00
Total utilizado pela UG			1.600,00	9.200,00	10.800,00
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			-	-	-

Fonte: Sistema de Controle de Cartão de Crédito Cooperativo do Banco do Brasil

12.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da Unidade

Quadro XXXIX – Despesa com cartão de crédito corporativo (Série histórica) (Valores em R\$ 1,00)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	-	0,00	2	212,65	212,65
2010	1	600,00	2	1.286,86	1.886,86
2009	3	1.513,00	14	8.134,14	9.647,14

Fonte: SIAFI

13. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento

13.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro XL – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201111200	1.1.1.9	Ofício nº 18127/2011DEPOG/DE/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Descrição da Recomendação:			
Que a ENAP “adote medidas para mitigar a discrepância verificada entre o cronograma físico-financeiro inicial, informado pelas áreas, e o cronograma físico-financeiro inicial registrado no SIGPlan, considerando a sazonalidade da execução das ações 6275, 6273, 4572, 4066, 4068 e 2A44, com inserção de previsões corrigidas na medida em que ocorram fatos que impactam as previsões iniciais, bem como mantendo histórico das premissas e memórias de cálculo do cronograma físico-financeiro das ações”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Presidência da ENAP			78670
Síntese da providência adotada:			
A partir das orientações recebidas da Controladoria Geral da União, o Gabinete da Presidência da ENAP promoveu a retificação dos registros feitos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, de modo a compatibilizá-los com a real previsão de execução físico-financeira no âmbito de cada ação do Programa 0801 – Desenvolvimento de Competências e Gestão Pública. Os novos dados foram lançados nas colunas correspondentes à previsão corrigida de cada ação e, quando necessário, notas explicativas foram incluídas logo abaixo das tabelas de quantidades e valores. O resultado dos ajustes pode ser verificado diretamente no SIGPlan. Além disso, os responsáveis pela execução de cada ação foram instados a manter arquivados e disponíveis para consulta os documentos que sustentam as premissas utilizadas para montagem do cronograma físico-financeiro inicial, bem como as respectivas memórias de cálculo. Por fim, registre-se que, como forma de tornar mais abrangentes os trabalhos de adequação das informações, as providências adotadas foram aplicadas também às ações que não fizeram parte da amostra a partir da qual os trabalhos de auditoria haviam sido realizados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Mitigação das discrepâncias observadas entre o cronograma físico-financeiro inicialmente registrado no SIGPlan e a efetiva realização físico-financeira das metas da ENAP (observe-se que os procedimentos adotados surtiram efeito apenas no exercício orçamentário seguinte, uma vez que os lançamentos anteriormente feitos no SIGPlan não são passíveis de alteração).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A adoção da providência foi extremamente facilitada pelo fato de que os dados que vieram a fazer parte dos novos lançamentos no SIGPlan já estavam disponíveis nas Diretorias, sendo necessário apenas sua consolidação e formatação para que fossem inseridos no sistema de gerenciamento.			

14. Recomendações realizadas pela unidade de controle interno

14.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Quadro XLI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 1/2011
Data do Relatório de Auditoria	22 de março de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item II.2
Comunicação Expedida/Data	O próprio relatório, encaminhado ao Conselho Diretor em 22 de março de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação Geral de Administração
Descrição da Recomendação	i) que todos os procedimentos de contratação conduzidos pela Escola sejam iniciados pela apresentação de Projeto Básico específico, nos termos do artigo 7º, parágrafo 2º, inciso I, combinado com o parágrafo 9º do mesmo artigo, tudo da lei nº 8.666/93; ii) que o inciso VI do artigo 38 da lei nº 8.666/93 seja observado em casos semelhantes no futuro, de modo que aos processos administrativos referentes a procedimentos de aquisição ou de contratação por inexigibilidade de licitação seja juntado Parecer jurídico específico; e iii) que se observe a compatibilidade entre as condições de instalação do equipamento gerador de energia elétrica no campus da ENAP e as exigências dispostas no parágrafo 3º da cláusula 6ª do contrato nº 55/2006; e iv) que a Escola providencie junto à Companhia Energética de Brasília – CEB e inclua no processo documento formal que confirme a adequação do mencionado gerador às exigências contratuais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Geral de Administração	
Síntese das providências adotadas	
i) Todos os procedimentos de contratação passaram a ser iniciados por Projetos Básicos ou Termos de Referência, mesmo aqueles referentes a serviços continuados prestados por concessionárias de serviço público (esse foi o caso tratado no relatório em questão); ii) Todos os processos de inexigibilidade passaram a ser analisados pelo procurador Jurídico da Escola, mesmo aqueles referentes a serviços continuados prestados por concessionárias de serviço público (esse foi o caso tratado no relatório em questão); iii) A compatibilidade já havia sido atestada pela empresa concessionária, que acompanhou a instalação do equipamento gerador em questão; iv) A Coordenação Geral de Administração providenciou o documento junto à concessionária e o incluiu nos autos.	
Síntese dos resultados obtidos	
O contrato nº 55/2006, gerado a partir do processo 04600.001023/2000-31, objeto do Relatório de Auditoria Interna nº 1/2011, passou a ser executado com integral cumprimento de suas cláusulas.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
As providências foram facilitadas pela pronta atuação do fiscal do contrato nº 55/2006, que agiu conforme as orientações do Coordenador Geral de Administração.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 2/2011
Data do Relatório de Auditoria	27 de maio de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item II.2

Quadro XLI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício (continuação)

Comunicação Expedida/Data	O próprio relatório, encaminhado ao Conselho Diretor em 27 de maio de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação Geral de Administração
Descrição da Recomendação	i) que os integrantes da Comissão Permanente de Licitações da Escola participem de eventos de atualização, especialmente no que diz respeito à condução de licitações do tipo “técnica e preço” e “melhor técnica”
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Geral de Administração	
Síntese das providências adotadas	
O pregoeiro da UJ foi matriculado em curso cujo conteúdo abarcava os assuntos sugeridos na recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
O Servidor concluiu o curso com êxito e, por conseguinte, está mais apto a conduzir processos licitatórios dos tipos “técnica e preço” e “melhor técnica”. A UJ ainda não promoveu certames dessa natureza desde a data em que a recomendação foi expedida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A providência foi dificultada pelo fato de que, à época da recomendação, havia apenas um Servidor capacitado a desempenhar as funções de pregoeiro. Desse modo, seu afastamento geraria inevitáveis transtornos à condução dos trabalhos diários da unidade	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 3/2011
Data do Relatório de Auditoria	24 de agosto de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item II, alíneas a.1, b.1, c.1 e d.1
Comunicação Expedida/Data	O próprio relatório, encaminhado ao Conselho Diretor em 24 de agosto de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação Geral de Administração e Coordenação de Biblioteca
Descrição da Recomendação	i) que a Coordenação Geral de Administração observe os termos do Acórdão TCU nº 207/2011 – Plenário, especialmente quanto às ressalvas que o Ministro relator faz no tocante à validade de declarações de exclusividade emitidas pelas próprias empresas interessadas em firmar acordo com a Administração; ii) que as despesas com aquisições e contratações qualificáveis como dispensa ou inexigibilidade, previstas nos artigos 24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº 8.666/93, sejam classificadas como dispensa de licitação, com alicerce no artigo 24, incisos I e II da referida lei, sempre que os valores a serem empenhados estiverem contidos nos limites estabelecidos nesse último dispositivo; iii) que, em situações futuras, haja sempre o cuidado de registrar nos processos administrativos o encaminhamento dado aos apontamentos feitos pela Projur/ENAP; iv) que sejam incluídos nos autos os registros do recebimento de cada exemplar entregue à ENAP ao longo do período de vigência do acordo; e v) que os Termos de Referência correspondentes a contratações de serviços da mesma natureza daquele de que trata o relatório nº 3/2011 façam menção à economia gerada pela diferença entre o valor pago na aquisição feita por meio de assinatura e o que teria sido necessário para a compra diretos pontos de venda, pelo preço de capa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Geral de Administração e Coordenação de Biblioteca	
Síntese das providências adotadas	
As recomendações são aplicáveis, em sua maior parte, a processos de destinados à contratação de serviços iguais ou semelhantes àquele a que se refere o Relatório de Auditoria Interna nº 3/2011, qual seja, a assinatura de periódicos. Desde a data da expedição da recomendação, processos dessa natureza não foram abertos. Ressalve-se o atendimento à recomendação iv, que trata do registro formal de recebimento de cada exemplar do periódico cuja assinatura foi contratada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Apenas a recomendação iv, que trata do registro formal de recebimento de cada exemplar do periódico, pode ser implementada. As demais recomendações não tiveram ocasião para serem implementadas, uma vez que sua aplicação é específica para processos de contratação de serviços iguais ou semelhantes àquele a que se refere o Relatório de Auditoria Interna nº 3/2011, qual seja, a assinatura de periódicos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A providência implantada foi facilitada pela pronta ação da Coordenação de Biblioteca, que prontamente passou a registrar formalmente a chegada dos exemplares individuais à ENAP. As demais providências não puderam ser implantadas por falta de ocasião, uma vez que não houve, desde a expedição da recomendação, outra contratação igual ou semelhante àquela a que se refere o Relatório de Auditoria Interna nº 3/2011, qual seja, a assinatura de periódicos.	

Quadro XLI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício (continuação)

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 4/2011
Data do Relatório de Auditoria	22 de setembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item II, alíneas a.1 e b.1
Comunicação Expedida/Data	O próprio relatório, encaminhado ao Conselho Diretor em 22 de setembro de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação Geral de Administração e Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (a segunda, responsável pelo acompanhamento do acordo, na figura de seu Coordenador Geral).
Descrição da Recomendação	i) que sejam feitas gestões junto ao Centro de Treinamento de Educação Física Especial – CETEFE para que aquele Centro providencie a emissão de novos registros junto aos Órgãos competentes, com posterior encarte nos autos; ii) que passe a haver controle cerrado e permanente no sentido de que os documentos submetidos a prazo de validade sejam mantidos sempre atualizados; iii) que a assinatura do representante da ENAP seja aposta no recibo à folha 85, sob a expressão “em tempo” (evidentemente, desde que o fiscal do Acordo reconheça ter recebido os itens ali discriminados); iv) que os relatórios mensais das atividades desenvolvidas pelo CETEFE sejam confirmados por meio da assinatura do fiscal do Acordo; e v) que seja feita a publicação de Termo Aditivo relativo às modificações que mutuamente foram consentidas na execução do Acordo. Caso haja descaracterização do objeto original, recomendo o estabelecimento de outro Acordo, fiel ao novo pacto. Em qualquer das hipóteses (Termo Aditivo ou novo Acordo), recomendo que a Procuradoria Jurídica da ENAP seja convidada a opinar, especialmente quanto à hipótese de que o Acordo de Cooperação talvez não seja o instrumento mais apropriado para garantir o interesse das duas instituições.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Geral de Administração e Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (a segunda, responsável pelo acompanhamento do acordo, na figura de seu Coordenador Geral).	
Síntese das providências adotadas	
Foram incluídos nos autos os documentos de exigência permanente cujos prazos de validade haviam expirado. O recebimento do material de que trata o documento à folha 85 do processo nº 04600.005895/2007-45 foi confirmado e formalmente atestado pelo fiscal do acordo. As demais recomendações foram superadas, uma vez que a Administração optou por preparar novo texto para o Acordo.	
Síntese dos resultados obtidos	
O resultado foi extremamente positivo, uma vez que o resultado do trabalho de auditoria levou a Administração à reflexão ampla sobre o acordo com o CETEFE, culminando com uma repactuação em bases mais adequadas.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fato de as atividades do CETEFE serem desenvolvidas nas instalações da ENAP, predominantemente nas áreas abertas do parque esportivo da Escola, facilita seu acompanhamento diário e, conseqüentemente, foi fácil perceber e corrigir as discrepâncias entre os termos do Acordo e a prática corrente.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 5/2011
Data do Relatório de Auditoria	28 de setembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item II, alíneas b.1 e c.1
Comunicação Expedida/Data	O próprio relatório, encaminhado ao Conselho Diretor em 28 de setembro de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação de Recursos Humanos

Quadro XLI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício (continuação)

Descrição da Recomendação	i) que seja feita a releitura da Lei nº 11.788/2008 e da Orientação Normativa SRH/MP nº 7/2008, seguida de seu cotejamento com as práticas que têm sido adotadas quanto ao desenvolvimento do programa de estágio não obrigatório no âmbito da ENAP (sempre que houver divergência, recomendo que os procedimentos sejam realinhados, de modo a fazê-los coincidir com as regras vigentes); ii) que seja feita a indicação de novos supervisores em substituição àqueles que não mais integram o Quadro de Pessoal da Escola; iii) que o Prof. Dr. Ulisses Araújo passe à condição de colaborador do processo de monitoramento e avaliação dos estudantes de Educação Física, recaindo a designação formal para a função de supervisor sobre um dos integrantes do corpo permanente de Servidores da ENAP; iv) a respeito da reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência e da prioridade devida ao estudante de nível superior contemplado pelo Programa Universidade para Todos – ProUni e pelo Programa de Financiamento Estudantil – FIES, recomendo que sejam feitas gestões junto ao agente de integração no sentido de adequar o processo seletivo às imposições da Lei nº 11.788/2008 e da ON SRH/MP nº 7/2008; v) que o documento expedido pela Escola ao final do contrato com cada estudante passe a ser denominado Certificado de Estágio, com a finalidade de homogeneização de termos com a legislação de referência; e vi) que seja designado outro Servidor para ocupar o lugar deixado vago pelo Sr Alberto Albino dos Santos nas funções de gestor do Contrato nº 25/2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação de Recursos Humanos	
Síntese das providências adotadas	
Houve o acatamento integral e imediato das recomendações expedidas, exceto aquela que tratadas reservas de vagas preconizadas pela Lei nº 11.788/2008 e pela Orientação Normativa SRH/MP nº 7/2008. Nesse caso, optou-se por uma transição cautelosa, a fim de evitar solução de continuidade aos trabalhos da Escola (que seria inevitável caso houvesse substituição de todos os estagiários ao mesmo tempo) e também para que não fossem rompidos os vínculos firmados com os atuais estudantes que fazem parte do programa de estágio da ENAP.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os resultados foram bastante positivos, uma vez que a ação de auditoria desenvolvida permitiu identificar impropriedades na observação das orientações legais e normativas, se comparadas às práticas adotadas em conjunto pela ENAP e pelo agente integrador contratado para a seleção dos estagiários.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Considerando que os alunos selecionados cumprem um programa estruturado de estágio, regido por compromissos assumidos institucional e academicamente, acompanhados <i>pari passu</i> nessas duas esferas, optou-se por colocar em prática as adequações no processo de seleção na medida em que os compromissos em vigor expirem, como forma de não comprometer a formação daqueles que escolheram a ENAP como apoio para dar caráter prático a seus estudos.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 6/2011
Data do Relatório de Auditoria	22 de novembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item II, alínea b.1
Comunicação Expedida/Data	O próprio relatório, encaminhado ao Conselho Diretor em 22 de novembro de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação Geral de Educação a Distância
Descrição da Recomendação	i) que seja rescindido o Termo de Cessão de Uso firmado entre a ENAP e a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, diante da constatação de que a parte cessionária manteve-se inadimplente em relação à obrigação estabelecida por meio da cláusula quarta do mencionado Termo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Geral de Educação a Distância	
Síntese das providências adotadas	
O Termo de Cessão de Uso firmado entre a ENAP e a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia foi rescindido.	

Quadro XLI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício (continuação)

Síntese dos resultados obtidos	
Com a rescisão, a Escola liberou-se de compromisso que não chegou a levar adiante devido a inadimplemento de condição essencial que deveria ter sido cumprida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fato de não ter havido repasse orçamentário e financeiro facilitou a rescisão do Acordo, diante do inadimplemento de condição essencial que deveria ter sido cumprida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 7/2011
Data do Relatório de Auditoria	30 de novembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item II, alíneas a.2 e b.1
Comunicação Expedida/Data	O próprio relatório, encaminhado ao Conselho Diretor em 30 de novembro de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação Geral de Administração e Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Descrição da Recomendação	i) que as propostas de execução orçamentária e financeira por meio de suprimentos de fundos tenham como justificativa a necessidade de realizar despesas de caráter excepcional (Decreto-Lei nº 200/67, art. 74, § 3º) cuja subordinação ao processo normal de aplicação dos recursos seja impossível (Lei nº 4.320/64, art. 68); ii) que o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF não seja utilizado na modalidade saque, exceto nos casos previstos na legislação específica (art. 45 do Decreto nº 93.872/1986); e iii) que as aquisições realizadas com recursos oriundos de suprimentos de fundos sejam precedidas de pesquisa de preço que demonstre a vantagem de cada operação para a Entidade, nos termos da Lei nº 8.666/1993.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Geral de Administração e Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	
Síntese das providências adotadas	
Os responsáveis diretos pela concessão de suprimentos de fundos revisaram a legislação correlata ao assunto, de modo a estarem aptos a conduzir os próximos eventos de execução orçamentária dessa natureza em conformidade com as normas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Considerando que não foram concedidos novos suprimentos de fundos desde a data da expedição da recomendação, não foi possível observar mudanças práticas na condução da execução orçamentária por meio dessa modalidade.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Por enquanto ainda não foram adotadas práticas, uma vez que, desde a data da expedição das recomendações, não foram concedidos novos suprimentos de fundos. Apesar disso, nota-se como positivo a revisão dos normativos legais e das orientações emanadas sobre a matéria pelos Órgãos de Controle Interno e Externo.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 8/2011
Data do Relatório de Auditoria	9 de dezembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item II, alínea b
Comunicação Expedida/Data	O próprio relatório, encaminhado ao Conselho Diretor em 9 de dezembro de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gabinete da Presidência (coordenador das ações das Diretorias da ENAP)
Descrição da Recomendação	i) que seja registrada no SIGPlan a nova coordenadora da Ação 4572, uma vez que a Servidora anteriormente responsável pelas funções deixou de fazer parte do Quadro de Pessoal da ENAP; e ii) que fiquem disponíveis para exame dos órgãos de controle as informações sobre a execução física do quarto trimestre, de modo a oferecer, caso necessário, um panorama a mais acurado do andamento das atividades desenvolvidas pela Escola durante o presente exercício orçamentário (cujos registros referem-se apenas aos lançamentos feitos até o terceiro trimestre, em cumprimento ao cronograma estabelecido pelo SIGPlan).

Quadro XLI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício (continuação)

Providências adotadas pela unidade interna responsável
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação
Gabinete da Presidência (coordenador das ações das Diretorias da ENAP)
Síntese das providências adotadas
O Gabinete da Presidência providenciou o registro no SIGPlan do nome da atual coordenadora da Ação 4572, bem como orientou as Diretorias a manterem disponíveis para exame dos órgãos de controle as informações sobre a execução física do quarto trimestre de 2011. Ressalte-se que, conforme cronograma estabelecido pelo SIGPlan, os lançamentos feitos até o encerramento do exercício orçamentário de 2011 referiam-se apenas ao resultado acumulado do terceiro trimestre (excetuados os dados financeiros, que migram automaticamente do SIAFI para o SIGPlan).
Síntese dos resultados obtidos
As recomendações foram integralmente cumpridas, de modo que os registros no SIGPlan foram atualizados e aqueles dados ainda não lançados (em obediência ao cronograma estabelecido pelo próprio sistema) mantiveram-se organizados e disponíveis para eventual consulta por parte dos Órgãos de Controle Interno e Externo.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O fato de os dados referentes às execuções física e financeira da Escola serem mantidos permanentemente atualizados e sob acompanhamento por parte das Diretorias facilitou a adoção das providências recomendadas.

15. Declaração do contador

15.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro XLII – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			114702
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Falta dos registros patrimoniais de depreciação de bens móveis, adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização, a partir do exercício financeiro de 2010, no Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.b) Falta dos registros patrimoniais de reavaliação de bens imóveis no Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.c) Apresentação de registro de “precatórios a pagar”, pagos em exercícios anteriores, e não baixados das obrigações da UJ, no Balanço Patrimonial. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	01/03/2012
Contador Responsável	Wander Machado de Souza	CRC nº	CRC-DF 014448/O-7

16. Resultados e conclusões

O desempenho do Programa Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública retrata a ação da Escola para o fortalecimento de sua função de capacitação de servidores na Administração Pública Federal. Isso vem ocorrendo com ênfase na formação de dirigentes capazes de contribuir para o aumento da capacidade de Governo, para criar ambientes propícios à inovação, a fim de melhorar o pacto federativo e promover a permanente melhoria do ciclo de gestão de políticas públicas, visando consolidar a governança democrática no Brasil.

A profissionalização de servidores deu-se tanto por ofertas para carreiras como por programas de desenvolvimento de competências de direção para formação das atuais e das potenciais lideranças da Administração Pública Federal. O crescimento da oferta de capacitações foi acompanhado por inovações nos conteúdos e nas metodologias de ensino utilizadas, com destaque para o crescimento da oferta de cursos a distância, projetos especiais e de cooperação internacional, além dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo que alguns têm sido ofertados sob medida para ministérios, a fim de colaborar com a gestão de políticas públicas de promoção da cidadania e inclusão social.

Tratativas com o MEC vêm sendo realizadas para o recredenciamento da ENAP para oferta de cursos de pós-graduação, frente à edição da Resolução do CNE nº 4 de fevereiro de 2011 e nº 7, de 08 de setembro de 2011. Uma nova solicitação de credenciamento especial da Escola foi apresentada ao MEC em novembro de 2011.

Dando sequência ao objetivo de capacitar instituições e não apenas indivíduos, configuraram-se como ações de apoio a diversas instituições públicas em 2011 a realização de oficinas de elaboração e divulgação do novo modelo do Plano Plurianual, assim como a participação na coordenação dos processos de planejamento estratégico dos órgãos.

Contribuíram para o alcance desses resultados a implementação de ações internas para capacitação do corpo técnico da Escola focadas no desenvolvimento de competências referentes à didática, aos processos de ensino e aprendizagem andragógicos, planejamento educacional e processos conversacionais. No mesmo sentido, a integração às redes de capacitação existentes no contexto das organizações públicas e o alinhamento metodológico promovido junto aos colaboradores da Escola proporcionaram um maior reconhecimento do cenário atual da Administração Pública e dos desafios para a formação de servidores.

A ENAP vem promovendo a intensificação do diálogo com as demais escolas de governo da União, como parte da estratégia de articulação da Rede Nacional de Escolas de Governo visando à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Também o intercâmbio de experiências e a realização de ações conjuntas com diversas instituições, nacionais e internacionais, permitiram uma maior difusão e realização descentralizada dos cursos de catálogo da ENAP, contribuindo para a ampliação da capacitação de servidores.